

JUDICIÁRIO

“Careca” deve continuar preso

Ministro André Mendonça vota pelas preventivas de Antonio Carlos Antunes e de Maurício Camisotti, envolvidos nos desvios do INSS

» LUANA PATRIOLINO

Carlos Moura/Agência Senado



Antunes, o “Careca do INSS”, depõe na CPMI: ministro quer mantê-lo detido para não prejudicar investigações

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, ontem, para manter a prisão preventiva de Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, e do empresário Maurício Camisotti. Eles são acusados de operar um esquema de descontos indevidos de recursos de aposentados e pensionistas da Previdência. O julgamento está no plenário virtual da Segunda Turma e o decano Gilmar Mendes declarou-se impedido de votar. Os outros três integrantes do colegiado — Dias Toffoli, Edson Fachin e Nunes Marques — têm até 3 de outubro para se posicionar.

A Polícia Federal (PF) aponta que Antunes desviou R\$ 53,5 milhões do INSS, além de manter uma rede de empresas usadas para lavagem de dinheiro. Ele seria o intermediário dos sindicatos e associações, recebendo o dinheiro que era debitado indevidamente. Segundo Mendonça, as prisões são necessárias para garantir o andamento da investigação.

“As investigações da Operação Sem Desconto apontam, neste momento, para a existência de uma complexa estrutura criminosa, com dezenas de operadores em diferentes níveis, orientada ao contínuo desencaminho de recursos previdenciários destinados a aposentados e pensionistas, com prejuízos a milhares de pessoas”, justificou o ministro. Antunes está preso preventivamente na sede da PF, em Brasília.

A suspeita é de que o Antunes tenha pago propina a servidores do INSS para facilitar descontos fraudulentos nas aposentadorias. Em

uma das transações, teria repassado R\$ 7,5 milhões a empresas de Thaisa Hoffmann Jonasson, mulher do ex-procurador do instituto Virgílio Ribeiro de Oliveira Filho.

Camisotti é investigado como sócio oculto de uma entidade e beneficiário das fraudes na Previdência. De acordo com a investigação, as instituições que fraudaram descontos em folha fizeram repasses de R\$ 43 milhões para empresas do grupo do empresário. A PF indica que as entidades que desviaram a

verba eram controladas por “laranjas” ligados a ele.

Em maio, a Operação Sem Desconto, realizada pela PF e pela Controladoria-Geral da União (CGU), mostrou que associações ofereciam e cadastravam pessoas sem autorização e com assinaturas falsas no sistema para desviar dinheiro. O esquema criminoso teria embolsado mais de R\$ 6,3 bilhões.

Em depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga

fraudes, Antunes negou envolvimento direto em esquemas de desvio de recursos. O clima foi de tensão e embates por vezes desrespeitosos entre congressistas, o investigado e seu advogado. A sessão chegou a ser suspensa temporariamente.

A defesa de Camisotti também nega as acusações. O advogado Pierpaolo Bottini afirmou que “seu cliente sempre esteve à disposição da Justiça para prestar esclarecimentos”.

Golpe acentuou polarização

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que os julgamentos que envolvem os atos violentos de 8 de janeiro de 2023 e a tentativa de golpe de Estado acirraram a polarização política no país. O comentário foi no encontro com jornalistas, ontem, por conta da despedida da Presidência da Corte.

Barroso afirmou que há condenados por atos golpistas que não querem a pacificação do país. “Gostaria de ter feito um resgate maior da civildade. Tinha muita vontade de fazer isso e achava que seria possível, mas os julgamentos do 8 de janeiro — o volume, que foi grande, que demorou — e o julgamento do golpe, dificultaram muito criar esse ambiente de pacificação total. Porque quem teme ser preso está querendo briga e não pacificação. Diria que a minha única frustração foi não ter conseguido fazer a pacificação”, lamentou. A partir de segunda-feira, Edson Fachin assume o comando do STF até 2027 e Alexandre de Moraes passa a ser o vice.

Ao comentar a nova etapa das represálias devido à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro — foram revogados os vistos de entrada nos Estados Unidos do advogado-geral da União, Jorge Messias, e de outras seis pessoas, além da inclusão da mulher de Moraes na lista da Lei Magnitsky —, Barroso disse há uma “incompreensão” do governo de Washington sobre o que acontece no Brasil. “Prevaleceu,



Quem teme ser preso está querendo briga e não pacificação. Diria que a minha única frustração foi não ter conseguido fazer a pacificação (do país)”

Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal

para as autoridades americanas, a narrativa dos que perderam, que tentaram dar um golpe. A verdade dos fatos vem antes da ideologia. O governo norte-americano pode ter diferenças com o brasileiro desde sempre. Há uma incompreensão do que acontece no Brasil”, analisou.

Segundo Barroso, a escalada das retaliações do presidente Donald Trump não era esperada. “Quando veio a primeira sanção — que foi a tarifa de 50% —, eu estava nos Estados Unidos, em Boston. Fiz a primeira nota para dizer que aquilo era produto de uma compreensão equivocada do que havia acontecido no Brasil. Mas preciso dizer que nunca me passou pela cabeça que pudesse vir uma coisa como a (Lei) Magnitsky”, disse.

Ao fazer um balanço do período que esteve na presidência do STF, Barroso disse que “é muito bom ter conseguido fazer mais ou menos tudo o que eu queria fazer. Porque, embora a cobertura da imprensa seja sobre o Supremo, o Conselho Nacional de Justiça foi onde eu fiz as coisas mais importantes”, avaliou. (LP)



CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

Apesar de já ter sido eliminado em diversos setores e produtos devido à sua alta toxicidade, o mercúrio continua sendo amplamente empregado na extração de ouro.

Para entender os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde de milhares de pessoas, o **Correio Braziliense** e o **Instituto Escolhas** promovem o evento **“Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro no Brasil”**.

MEDIADORES



Carlos Alexandre de Souza
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense



Sérgio Leitão
diretor-executivo do Instituto Escolhas



Larissa Rodrigues
diretora do Instituto Escolhas



Adriana Bernardes
coordenadora de Produção do Correio Braziliense



Giorgio de Tomi
professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador Técnico do Projeto Ouro Sem Mercúrio



Miguel Castro
Ponto Focal Regional para LATAM e Caribe do Centro CER da OCDE

CONVIDADOS



Eloy Terena
secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)



Elena Crespo
professora titular da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Instituto Amazônico do Mercúrio



Humberto Freire
diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal (DAMAZ/PP)



Eduardo Gama
diretor de Operações no Certimine



Thainne Resende
diretora do Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)



Julevânia Olegário
diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração (DDSM) do Ministério de Minas e Energia (MME)



Nilto Tatto
ambientalista e deputado federal



Gilson Camboim
presidente na Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso (FECOMIN)



Jair Schmitt
diretor da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama (Dipro)

07.OUT
A PARTIR DAS 08H30
auditório do Correio Braziliense



LEIA O QR CODE e faça a sua inscrição para acompanhar o evento

Apoio: INSTITUTO ESCOLHAS

Realização: CORREIO BRAZILIENSE CB Brands

